



**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Nº 4 AO PROJETO DE LEI Nº 508/2023

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do Projeto de Lei nº 508/2023:

“Art. 7º — Esta lei entra em vigor após a aprovação em Conferência Municipal de Política Urbana.”.

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

<b>AVULSOS DISTRIBUÍDOS</b>
EM <u>28</u> / <u>13</u> / <u>23</u>
<u>476</u>
Responsável pela distribuição

*Da Laurencea*

*Adriana Tadeu*

*[Signature]*

*Bruno Pedrosa*

**Justificativa:** O Ministério Público do Paraná em resposta a indagação sobre quando e como se revisa/altera um plano diretor:

As revisões ou alterações do plano diretor devem observar o mesmo procedimento de sua elaboração (processo de planejamento participativo). O Estatuto da Cidade (Lei Nacional n. 10.257/2001), no § 3º do seu artigo 30, determina que, pelo menos, a cada 10 (dez) anos, os planos diretores devem ser revistos. Por meio da Resolução n. 83/2009, o Conselho Nacional das Cidades recomenda que os processos de revisão ou alteração do plano diretor sejam também participativos, cumprindo o disposto nos artigos 40 e 43 do Estatuto da Cidade e o conteúdo da Resolução n. 25 do Conselho Nacional das Cidades. Recomenda também que a revisão do plano diretor seja submetida ao Conselho da Cidade ou órgão similar da política urbana. E que a revisão em período inferior a 10 anos somente tenha início se for determinada por Lei Municipal. Mesmo antes de tal prazo, contudo, o Sistema de Acompanhamento e Controle Social previsto no artigo 6º da Resolução n. 34/2005 do Conselho Nacional das Cidades, deverá abarcar, entre outras funções, a de estipular instâncias de planejamento e gestão democrática para implementar e mesmo rever o plano diretor, quando necessário. O processo ininterrupto de avaliação permite uma mobilização constante da sociedade em torno do instrumento, garante sua atualização permanente e facilita a revisão obrigatória decenal. (...) **SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DECLARANDO NULAS AS LEIS MUNICIPAIS Nºs.5389/2010 E 5.391/2010, QUE ALTERARAM A LEI Nº 3.253/1992, QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS, POR AUSÊNCIA DE ESTUDOS TÉCNICOS, DE PUBLICIDADE, DE TRANSPARÊNCIA E DE PARTICIPAÇÃO POPULAR EM SEUS PROCESSOS LEGISLATIVOS, RECONHECENDO INCIDENTALMENTE OFENSA À CF, E CONTRARIEDADE AO ESTATUTO DA CIDADE (LEI FEDERAL Nº 10.257/2001) E À LEI MUNICIPAL Nº 4.669/2006, QUE DISCIPLINA O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIS. LEIS DE EFEITOS CONCRETOS. (...)** (TJMA. Mandado de Segurança nº 29167/2012 , Relator : Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, 05 de abril de 2013). <sup>1</sup> (grifo nosso)

CMBH\_DIRLEG-24/mar/23-07:00:24-001464-1

1 [https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Como\\_e\\_quando\\_se\\_revisa\\_altera\\_um\\_plano\\_diretor.pdf](https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Como_e_quando_se_revisa_altera_um_plano_diretor.pdf)